

COMÉRCIO E POLÍTICA NA GRÉCIA ANTIGA: UMA CRÍTICA AO NEOPRIMITIVISMO DE JOHANNES HASEBROEK

Alexandre Galvão Carvalho

Professor Doutor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

E-mail: galvaocarvalho@uol.com.br

Palavras-chave: Grécia Antiga. Historiografia. Economia Antiga.

Meu objetivo nesta comunicação é apresentar uma reflexão sobre o comércio ultramarino grego, particularmente o de Atenas, nos séculos V e IV a. C., no interior do debate acerca da economia antiga.

Nesta perspectiva, abordarei inicialmente, o trabalho de Johannes Hasebroek, um dos historiadores alemães mais distintos e criativos da História social e econômica grega do século passado, que se encontra ainda na esteira do debate nascido na Alemanha na segunda metade do século XIX entre “primitivistas” e “modernistas”.

Em um segundo momento, explorarei o trabalho de Moses Finley, helenista norte-americano que também se debruçou sobre o tema e também se envolveu no debate já em outra perspectiva.

Finalmente, apresentarei dois trabalhos mais atuais, o de Charles Reed e Edmund Burke, que exploram o tema sob a influência do “substantivismo”.

Escolhi estes autores para abordar o tema porque entendo que estes trabalhos contribuíram para a formação e consolidação de uma tradição no debate acerca da economia antiga, ou seja, a tradição primitivista-substantivista, em oposição aos modernistas e formalistas.

Hasebroek escreveu um grande livro que tratava da relação do comércio e política na Grécia Antiga, *Staat und Handel im alten Griechenland*, (Estado e comércio na Grécia Antiga), em 1928.¹ Hasebroek (1933) procura estabelecer a relação do Estado grego com o comércio em todas as suas formas e atividades, além de descrever sua política comercial. Ao investigar os tipos de mercadores e a atitude adotada pelo “Estado grego” em relação ao mercado e ao comércio, Hasebroek (1933) afirma que a linguagem grega reconhecia três tipos

¹ O livro foi traduzido para o inglês em 1933. Usarei uma tradução inglesa de 1993.

distintos de mercador ou intermediário: o *kapelos*, o *naukleros*, e o *emporos*. Em sua esmagadora maioria estrangeiros residentes, metecos.

O *kapelos* era o negociante local, que se limitava a vender no mercado interno. Os envolvidos com o comércio estrangeiro, particularmente o ultramarino, eram o *naukleros* e o *emporos*. O *naukleros* era o proprietário de navios mercantes e transportava suas mercadorias; o *emporos* era o mercador que não possuía navios e viajava transportando suas mercadorias em navios pertencentes a outros.

Segundo Hasebroek (1933), esses três tipos de comerciantes limitavam-se a vender as mercadorias de outras pessoas, não eram produtores, mas *intermediários* entre um distrito e outro, não entre produtores e consumidores do mesmo distrito.

Os *naukleroí* e o *emporoi* constituíam uma classe de comerciantes profissionais de tempo integral, que navegavam de porto em porto sem destino fixo, vendendo suas mercadorias sempre e onde quer que uma oportunidade favorável se apresente. Eram, em geral, mercadorias manufaturadas e produtos agrícolas (HASEBROEK, 1993, p. 2-6).

Hasebroek (1933) alerta que a ocupação do comércio marítimo era essencialmente uma atividade plebéia e não rendia lucros, além de uma mera receita de subsistência. Apesar de investirem seu “capital” em empreendimentos comerciais, os “capitalistas” não tomavam parte em atividades comerciais, atuavam apenas como “prestamistas” e deixavam os riscos do negócio com os comerciantes. A ausência de registros ou relatos escritos comprova o primitivismo desse tipo de negócios.

Para Hasebroek (1933), não havia competição entre os cidadãos e os estrangeiros (*metecos*), quanto aos interesses econômicos, já que estes eram encorajados pelo Estado a conduzir os negócios entre as cidades-Estados. Os *metecos*, estrangeiros residentes, sem *status* cívico completo ou direitos políticos, porém sujeitos a encargos financeiros, como a liturgia e o serviço militar, eram responsáveis pelo comércio estrangeiro e podiam negociar no atacado e no varejo. Por outro lado, os cidadãos estavam mais interessados em receitas da propriedade da terra e nas rendas do Estado. Os estrangeiros, portanto, constituíam o esteio do comércio e da indústria, pois buscavam o ganho pecuniário. Junto com os escravos, eram homens sem direito político, assim como também o eram o proprietário de terras arruinado e o camponês endividado. Portanto, “a separação fundamental do Estado grego foi entre os *rentiers* que viviam às custas do Estado ou sobre as rendas de sua propriedade e investimentos e a *massa sem cidade* de estrangeiros” (HASEBROEK, 1993, p. 2-6). (O grifo é nosso.)

Moses Finley escreveu um artigo no início de sua carreira, 1935, ainda assinando com seu nome de batismo, Moses Finkelstein, intitulado *Εμπορος, Ναύκληρος, and Κάπηλος: A*

prolegomena to the study of Athenian trade, (*Emporos, naukleros e kapelos*: um prolegômeno para o estudo do comércio ateniense), no qual procura avaliar o trabalho Hasebroek em uma análise de caráter fortemente filológico.

No início do texto, Finley (1935) se posiciona no debate entre primitivistas e modernistas ao afirmar que infelizmente a utilização de termos gregos relacionados ao comércio é associada às expressões como firmas, sociedades anônimas, cheque bancário e capitalistas. A confusão na conceituação interfere na tentativa de se obter uma visão correta das condições existentes na Antiguidade, pois todos os eruditos, até aquele momento, classificavam os comerciantes gregos de acordo com algum padrão (geralmente moderno), que nunca foi seguido pelos antigos (FINKELSTEIN, 1935, p. 320).

Em seguida, o autor afirma (FINKELSTEIN, 1935) que as fontes antigas que abordam o papel dos comerciantes apresentam confusões e contradições, dificultando uma análise mais rigorosa e generalizações a partir das evidências.

Na crítica mais explícita ao trabalho, após uma análise detalhada das fontes sobre o tema, Finley (1935) afirma que os *emporoi* podiam, em alguns casos, possuir navios mercantes, e que os comerciantes marítimos não eram sempre distintos dos produtores, pois o comércio marítimo não poderia ser feito o ano todo. Finley (1979) retomaria muitos anos depois o trabalho de Hasebroek no artigo *Classical Greece*, criticando a unilateralidade do trabalho de Hasebroek, mas partindo deste trabalho e de suas hipóteses para fazer uma investigação detalhada no campo da arqueologia, particularmente sobre numismática, para provar que comércio grego não obedecia à mesma lógica do comércio moderno.

Vejamos os trabalhos de Reed e Burke, trabalhos recentes sobre o comércio ultramarino grego e o *status* dos comerciantes marítimos gregos inseridos no debate entre formalistas e substantivistas.

Em um trabalho recente, *Maritime traders in the ancient greek world*, Charles M. Reed (2004), analisando o comércio marítimo no mundo grego, deixa claro logo no início do livro sua orientação “substantivista”, e afirma que o equívoco de Hasebroek é pensar que Atenas intervinha no comércio somente para assegurar necessidades vitais para seus cidadãos sem se preocupar com os interesses dos *emporoi* e dos *naukleroi*. Segundo Reed (2004), Atenas obviamente agia em favor dos comerciantes marítimos, em razão da enorme sobreposição de seus interesses àqueles do corpo de cidadão ateniense. Este autor (REED, 2004), então, substitui a ideia de desdém dos cidadãos para com os estrangeiros pela ideia de complementaridade de interesses entre essas categorias. Reed (2004, 51-77) salienta que

Hasebroek não percebeu que a dependência cívica de alimentos importados substituía considerações de *status* social na mente dos indivíduos atenienses.

Segundo Edmund Burke, no artigo intitulado, *The economy of Athens in the Classical Era: some Adjustments to the Primitivist Model*, de 1992, no final do século IV a atividade econômica em Atenas conseguiu crescer em uma escala sem precedentes, estimulada, em grande parte, pelo crescimento no comércio marítimo. Esse crescimento, combinado com as mudanças nas práticas e instituições sociopolíticas explica, segundo Edmund Burke (1992), o movimento para um *disembedding* da economia da cidade. Partindo deste pressuposto, Burke analisa as circunstâncias específicas que envolvem o aumento extraordinário na atividade comercial em Atenas no final do século IV e examina as mudanças decorrentes destas transformações nos fenômenos sociopolíticos.

Contudo, este genuíno *disembedding*, certamente, não causou uma erradicação da atividade econômica de seu contexto sócio-político, mas resultou de transformações na esfera sócio-política. Vejamos alguns exemplos.

Em primeiro lugar, a *proxenia*. Na prática, os *proxenoi* eram cidadãos de uma *pólis* que foram reconhecidos oficialmente como amigos e representantes de outras *pólis*. É uma instituição que parece ter experimentado alguma mudança como uma consequência do comércio marítimo no Egeu na era clássica. Como uma prática diplomática, a *proxenia* parece ter se desenvolvido da *Xenia*, instituição que, próxima ao casamento foi a chave para forjar ligações entre as elites no século X e IX (BURKE, 1992, p. 205). Dessa forma, o típico *proxenos* serviria em seu estado natal como convidado amigo da *pólis* que ele representava. Desse modo, em sua concepção e em sua prática inicial, a *proxenia* refletia uma ética elitista e, como a *xênia* era uma instituição *embedded* na estrutura das relações sociais arcaicas fazendo pelos Estados o que a *xênia* fazia pelos indivíduos.

Em Atenas, sabemos que a *proxenia* era concedida por decreto público, debatida e votada pela Eclésia. Parece claro que muitos dos honoráveis que tinham herdado seu *status* como *proxenoi* herdaram sem dúvida, a similaridade entre as instituições de elite da *xênia* e da *proxenia*.

Parece uma inferência clara de tudo isso que na era clássica a *proxenia*, se não usada ativamente para favorecer a atividade comercial marítima, pelo menos ajudou a aumentar o vínculo das relações interestaduais das quais tal comércio dependia, pois, desde o final do século V e o século IV há um número de exemplos onde Atenas e outros estados designaram como *proxenoi* homens ativamente envolvidos em comércio marítimo (BURKE, 1992, p. 207). Os indivíduos reconhecidos não eram mais só membros da elite, mas homens engajados

no comércio e foram citados pela Eclésia como benfeitores garantindo o reconhecimento e o encorajamento como qualquer outro honorável.

Concomitantemente, foi típico da era arcaica que a posse da terra tendia ser uma prerrogativa exclusiva dos cidadãos da *polis*. Na realidade, a cidadania em si, assim como o *status* entre cidadãos, freqüentemente foram definidos em termos de posse da terra (BURKE, 1992, p. 208). Até o final do século V não encontramos em Atenas evidência de concessões concedidas a cidadãos estrangeiros permitindo-os posse de terra na cidade. Subsequente à Guerra Social, contudo, há evidência de mudança. Sabemos que uma consequência da guerra foi um êxodo de Atenas de metecos, um fato que contribuiu para as dificuldades econômicas da cidade no final dos anos de 350 e nos anos de 340. Ademais, o encorajamento de comércio marítimo, incluindo, claro, o movimento de grão, emerge como o principal motivo conhecido na doação da concessão.

O que é especialmente notável aqui é que as concessões distribuídas durante esse período deram aos não cidadãos engajados no comércio um direito que às vezes tinha sido a prerrogativa exclusiva dos cidadãos, de fato, um direito pelo qual a cidadania em si tinha sido definida e onde o *status* do cidadão e a atividade econômica tinham estado localizados. Desse modo, mais do que a alteração de uma prática sócio-política com o objetivo de promover a atividade econômica, as últimas concessões são evidência de uma prerrogativa que, às vezes, tinha definido a atividade econômica apropriada e natural de um cidadão, agora usadas para beneficiar os não cidadãos engajados em um tipo de atividade econômica diferente daquelas exercidas por cidadãos (BURKE, 1992, p. 210). Na realidade, um comparável ajuste é observável na concessão da cidadania em si. Há na segunda metade do século IV, iniciado por volta de 360, um aparente ajuste nos motivos para a concessão da cidadania, com o objetivo de encorajar abertamente aqueles homens envolvidos no comércio marítimo. Não parece exagerado especular que a crescente consciência econômica no final do século IV influenciou a cidade a encorajar aqueles efetivos no comércio marítimo. Que a deficiência em grão pode ter estimulado tal interesse, não altera o que parece ser um notável ajuste, na prática.

Nossa conclusão sobre o tema no interior do debate mais geral da economia antiga é que a polarização do debate entre primitivistas e modernistas, e mesmo entre os ortodoxos substantivistas e formalistas, não cabe mais atualmente, em virtude das evidências que nos levam a concluir que: 1) o papel dos comerciantes estrangeiros, particularmente o *naukleros* e *emporos*, caracterizados como uma massa de proletários a serviço da cidade-Estado, como um estamento negativamente privilegiado, perde seu fundamento depois da guerra do Peloponeso em Atenas; 2) A concessão de honras, como a *proxenia*, o direito ao acesso à propriedade da

terra, e o próprio acesso à cidadania são evidências claras da inserção destes setores ao estamento positivamente privilegiado dos cidadãos; 3) Não obstante, tal realidade transformar as relações de *status* e incluir os comerciantes marítimos na comunidade de cidadãos, não se produziu uma economia de mercado genuína, mas sim uma transformação nas relações sócio-políticas de uma economia *embedded*, na medida em que os comerciantes, longe de se tornarem um grupo social diferenciado e autônomo, graças ao seu papel e atividades econômicas, se transformaram, não todos é claro, em elementos constitutivos daquela sociedade, legitimando o *status quo*, isto é, o domínio de um estamento positivamente privilegiado, a comunidade de cidadãos.

Referências

- BURKE, E. The economy of Athens in the Classical Era: some Adjustments to the Primitivist Model. *Transactions of the American Philological Association*, Baltimore, v. 122, 1992.
- FINKELSTEIN, M. Εμπορος, Ναύκληρος e Κάπηλος: A prolegomena to the study of athenian trade. *Classical Philology*, Chicago, The University of Chicago Press, v. 30, 1935.
- FINLEY, M. Classical Greece. In: _____. *Second International conference of Economic History. Aix-en-Provence. Trade and politics in the Ancient world*. New York: Arno Press, 1979. v. I, p. 11-35.
- HASEBROEK, J. *Trade and politics in Ancient Greece*. New York: Biblo and Tannen, 1993.
- REED, C. C. M. *Maritime traders in the ancient Greek world*. Cambridge: University Press, 2004.